

INCLUSÃO DE ESTUDANTES QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIA NO CERES/UFRN: A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Daniela Cássia Pereira Gonçalves; Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva (Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A presente pesquisa pretende investigar as ações desenvolvidas no Centro de Ensino Superior do Seridó/CERES/UFRN quanto ao processo de inclusão de estudantes que apresentam deficiência nos cursos de graduação, no que diz respeito ao ingresso e permanência desses nos campi de Currais Novos e Caicó. Neste, objetivamos apresentar a percepção dos coordenadores de curso de graduação quanto às orientações dadas por parte da coordenação aos professores e, principalmente, alunos que apresentam deficiência nos respectivos cursos que coordenam. Para isso, utilizamos a revisão dos documentos legais e da literatura que abordam a inclusão nos Institutos de Ensino Superior, análise dos documentos institucionais, e a entrevista semiestruturada envolvendo quatro coordenadores, sendo eles dos cursos de Letras Espanhol, Administração, Pedagogia, Física e Letras Português, com o antepenúltimo no campus de Caicó e os dois últimos no de campus de Currais Novos na modalidade EaD. Os dados preliminares da pesquisa apontam que não basta somente inserir fisicamente os estudantes, mas que são necessárias políticas educacionais que devem ser adotadas para formação social desses estudantes. Evidenciamos ainda que a UFRN dispõe de uma Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE, órgão que desenvolve ações que trazem melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE contribuindo para o fortalecimento nas práticas de inclusão na instituição.

Palavras-chave: Ensino superior. UFRN. CERES. Coordenadores de Curso.

INTRODUÇÃO

Desde a Idade Média as pessoas com deficiência eram marginalizadas e excluídas da sociedade por serem marcadas como incapazes e dependentes. Muitas vezes eram submetidas a rituais exorcistas por serem apontadas pelos cristãos como sujeitos possuídos pelo diabo representantes do pecado, assim, inúmeros deficientes foram mortos pela Santa Inquisição. As pessoas com deficiência eram encaminhadas aos manicômios, asilos e algumas vezes abandonadas pelos familiares em situações impossíveis de sobrevivência. Até hoje, ao imaginário social, uma deficiência muitas vezes é confundida com uma patologia e, o preconceito sobre o futuro da pessoa passa a ser questionado, e o preocupante é como se uma pessoa com deficiência não pudesse viver uma vida “normal” e saudável.

Foi em meados do século XIX, depois da criação do Instituto dos Meninos Cego, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) que a Educação Especial teve seu marco histórico no Brasil. Ainda no período imperial, houve também a criação do Instituto Imperial

dos Surdos-Mudos, chamado atualmente de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Com tudo, para Jannuzzi as criações desses institutos ainda não foram suficientes para acabar com a segregação e incluir as pessoas com deficiência em sociedade comum. Sendo assim:

“A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada” (JANNUZZI, 1985, p. 28 *apud* ROMERO e SOUZA, 2008).

Em 1994, a partir da Declaração de Salamanca, o Brasil passou a se preocupar com a escolarização/formação da pessoa com deficiência. Reconhecendo que a pessoa com deficiência possui especificidades como qualquer outro e que pode exercer um papel importante na sociedade em que está inserido, desde que sua realidade seja respeitada. Assim firmou-se que:

“(...) atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.” (SALAMANCA, 1994, p. 1 e 2).

Desse modo, o estado é responsável por assegurar os direitos à educação e igualdade para todos, respeitando a diversidade das pessoas independente da condição social, política, religiosa e racial. Sabemos que muito ainda deve ser cumprido e que muitas são as dificuldades e preconceitos encontrados pelas pessoas com deficiência e que cada vez mais precisamos lutar por políticas públicas que assegurem o direito de cada um de nós.

Quando partimos às Instituições de Ensino Superior (IES), segundo o Ministério da Educação a quantidade de matrículas de pessoas com deficiência nas IES aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010, sendo 6.884 na rede pública e 13.403 no particular. (BRASIL, 2012).

Felizmente, a Educação Especial está afastando-se das concepções relativas de serviços e se constituindo como suporte, atuando juntamente a

instituição de ensino, com intuito de mobilizar a efetivação do direito de acesso e permanência com qualidade das pessoas com necessidades educativas especiais com qualidade.

Com isso, o presente artigo pretende apresentar quais as ações que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) vem realizando para melhorar a qualidade do ensino, aprendizagem e permanência dos alunos matriculados na instituição de ensino superior, na perspectiva dos coordenadores de curso. Para isso, realizamos entrevistas e aplicação de questionários como instrumentos de construção de dados para amparar nossa pesquisa.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

O cenário da pesquisa é o Centro de Ensino Superior do Seridó/CERES/UFRN, e para amparar o estudo proposto, iniciamos nossa investigação através da revisão dos documentos legais e da literatura que abordam sobre a inclusão nos Institutos de Ensino Superior, buscando compreender como ocorre esse processo nesse nível de ensino, e identificar os direitos e serviços que são previstos pelos documentos legais. A análise dos documentos institucionais objetivou conhecer os registros legais existentes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que tratam do processo de inclusão, e se estes se referem a direitos e serviços destinados aos estudantes com deficiência na instituição para o seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, na referida universidade. Em seguida, desenvolvemos uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa envolvendo a participação dos coordenadores dos cursos de graduação do CERES.

Como instrumento para a construção dos dados foi realizada entrevista semiestruturada com quatro coordenadores, sendo eles dos cursos de Letras Espanhol, Administração, Pedagogia, Física e Letras Português, sendo os dois últimos na modalidade EaD e por causa disso há apenas uma coordenadora responsável por todos os cursos da EaD no Campus de Currais Novos. A entrevista foi realizada com os coordenadores dos cursos que apresentam estudantes com deficiência matriculados nos campi de Currais Novos e Caicó. As entrevistas foram gravadas através do *app gravador* do smartphone, e posteriormente transcritas na íntegra. O roteiro de entrevista foi composto por questões de identificação e nove questões relacionadas ao processo de inclusão de estudantes no CERES.

COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO AO ESTUDANTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS - CAENE

Com base na análise dos documentos institucionais a UFRN vem desenvolvendo ações em atendimento às prerrogativas da Portaria nº. 1.679, de 02 de dezembro de 1999 do MEC, que estabelece mecanismos para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

Ampliando as ações da Universidade foi instituída a Portaria nº. 123/02-R, de 01 de março de 2002 que cria a Comissão para apresentar uma proposta de diretrizes gerais para implementação de uma política acadêmica de atendimento ao estudante com necessidades especiais, bem como para apresentar sugestões específicas para o atendimento acadêmico ao estudante com deficiência visual, contribuindo para eliminação de barreiras de comunicação. Em outubro de 2009 foi instituída a Portaria n.º 1307/09-R, que cria uma Comissão com a finalidade de elaborar proposta de inclusão de alunos com deficiência na UFRN, e não apenas em relação a uma área específica, como foi o caso da portaria anterior.

A Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte CAENE/UFRN, instituída pela Portaria nº. 203/10-R, de 15 de março de 2010, vinculada à reitoria da UFRN com a aprovação da Resolução nº. 193/2010 – CONSEPE, de 21 de setembro de 2010, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFRN, objetivando apoiar e orientar os alunos com necessidades - NEE, propor soluções para eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas, haja vista sua permanência no ensino superior com qualidade. A CAENE também tem como finalidade articular parcerias com instituições especializadas que prestam atendimento a pessoas com deficiência e com instituições de Ensino Superior de âmbito local, regional e nacional visando fortalecer as ações a serem desenvolvidas em prol do atendimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais especiais no âmbito da UFRN.

A Comissão disponibiliza em seu site *links* para leituras sobre a legislação da UFRN e no âmbito nacional, documentos internacionais, e um espaço reservado a Orientação Docente como textos com orientações voltadas para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais na UFRN. A Comissão realiza palestras semestrais para docentes e técnicos administrativos com a intenção de melhorar o atendimento e a comunicação entre alunos com deficiência e funcionários da instituição. Infelizmente, apesar dos esforços para realizar essas palestras, a distância entre os campi do interior e o campus central continua sendo uma barreira para o desenvolvimento dessas

ações de forma mais frequente.

A parceria da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFRN - PROAE com a CAENE, através de profissionais do Serviço Social e da Psicologia, pretende somar-se aos esforços em busca da efetivação da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Outra parceria que contribui para os avanços à inclusão na UFRN é a Superintendência de Infraestrutura – SIN que integra a estrutura da UFRN como órgão suplementar e vincula-se administrativamente à Reitoria, e tem como finalidade administrar os campi universitários e dentre suas atribuições destacam-se: a execução de projetos e obras de reforma, de restauração, de reparo, de modificação, garantindo o seu acesso e permanência no ensino superior. Por sua vez a biblioteca Zila Mamede- BCZM vem unindo esforços junto a CAENE para facilitar o acesso a esse alunado ao acervo bibliográfico. A Superintendência de Informática – SINFO desenvolve os sistemas computacionais e elabora a política de informática da UFRN disponibilizando recursos de ponta para atender as necessidades dos alunos, funcionários e demais pessoas que usufruem da estrutura da universidade. Diante do exposto todas essas parcerias visam unir esforços para que os estudantes com deficiência, docentes, coordenadores de curso possam desfrutar do sistema de informação de maneira acessível para todos.

O serviço de psicologia- SEPA também parceira da CAENE visa proporcionar um atendimento psicopedagógico tencionando e garantindo aos estudantes com deficiência seu acesso e permanência nos cursos, implantando melhorias e qualidade nos atendimentos especializados à suas necessidades e oportunizando igualdade de condições de acesso, acompanhando o desenvolvimento no processo de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais que ingressam no ensino superior, assegurando sua permanência e conclusão de curso.

O QUE DIZEM OS COORDENADORES DO CERES, CURRAIS NOVOS E CAICÓ?

A partir das entrevistas realizadas com os coordenadores de cursos dos campi Currais Novos e Caicó tomamos conhecimentos de informações sobre quais são os mecanismos utilizados pelas coordenações na hora de buscar ferramentas para melhor desenvolver as ações/orientações dadas aos alunos que apresentam deficiência nos respectivos cursos que coordenam, bem como, orientar os professores que receberão esses alunos em seus componentes curriculares nos próximos semestres.

É através da Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais – CAENE que os coordenadores tomam conhecimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA. Através do sistema do SIGAA, o coordenador pode visualizar quantos alunos possuem deficiência no curso que coordena, que tipos de deficiência esses alunos apresentam, e quais as orientações dadas pela CAENE, informações disponibilizadas em forma de parecer técnico. Após constatado os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais matriculados no curso, o coordenador pode/deve orientar os alunos e professores nas próximas etapas do curso, como, por exemplo, instruir o professor na elaboração e adaptações de materiais, como avaliações, seminários, multimídias utilizadas em sala de aula ou até mesmo um simples aumento na escrita para aquele aluno com baixa visão.

No quadro 01 identificaremos os coordenadores entrevistados, o curso que coordena, tempo de atuação na coordenação, número de alunos com deficiência e a modalidade do curso. Acreditamos que a experiência com a coordenação e a modalidade de ensino são peças cruciais para que o coordenador possa instruir os alunos e professores de forma qualitativa e exitosa.

Quadro 01: Dados de identificação dos coordenadores colaboradores da pesquisa.

Participante	Campus	Nº alunos com Deficiência	Cursos que coordena	Tempo de coordenação	Modalidad e do curso
Coord. do curso de Administração.	Currais Novos	2	Administração	1 mês	Presencial
Coord. do curso de Letras Espanhol.	Currais Novos	1	Letras Espanhol	1 ano e 6 meses	Presencial
Coord. do curso de Pedagogia.	Caicó	1	Pedagogia	2 anos e 8 meses	Presencial
Coord. do Polo Ead do campus de Currais Novos.	Currais Novos	1	Física Licenciatura	9 anos	Edu. a distância

Coord. do Polo Ead do campus de Currais Novos.	Currais Novos	1	Letras Português	9 anos	Edu. a distância
--	---------------	---	------------------	--------	---------------------

Fonte: Própria, 2017.

No quadro 01 podemos notar que existem alunos com deficiência em apenas cinco cursos, sendo três na modalidade presencial e dois na modalidade do ensino a distância, onde, apenas um está situado no campus de Caicó, desse modo os demais estão matriculados no campus de Currais Novos.

Os coordenadores quando questionados sobre as ações de inclusão desenvolvidas pela UFRN no CERES, os mesmos afirmaram que ainda há muito que ser feito para melhor incluir os alunos com deficiência nas dinâmicas acadêmicas. Entretanto, os coordenadores destacam que algumas ações já foram desenvolvidas para melhorar o ensino e aprendizagem dos alunos, como a criação da CAENE, que vem desenvolvendo trabalhos de acessibilidade considerável nos últimos anos, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas. Ainda de acordo com os coordenadores, a maior dificuldade no apoio da Comissão, diz respeito a distância do campus central e os campi do interior. Por esse motivo, segundo a fala do coordenador do curso de Letras Português e Espanhol “entregam – praticamente – na mão deles [CAENE] esses problemas que a gente não pode solucionar.”. Na fala do coordenador fica expresso que os problemas relacionados aos alunos que apresentam deficiência, que não são resolvidos pela coordenação, logo são encaminhados para que a comissão tome providências.

Com isso verificamos que o fato da Comissão está localizada no campus central da UFRN, na cidade de Natal, dificulta o acesso dos alunos a materiais e recursos adaptados, aspectos identificados durante as entrevistas com coordenadores quando situaram que em algumas situações, os materiais encaminhados para adaptação no campus central da UFRN, não chegam ao tempo da necessidade do aluno e das atividades propostas pelos professores. Segundo a coordenação do curso de espanhol a maior dificuldade enfrentada por uma aluna que apresenta cegueira noturna é a demora para o material adaptado chegar até o campus, e posso auxiliá-la a ter as mesmas condições de acesso como os demais estudantes do curso. Aspecto que prejudica a estudante em seu desempenho nas avaliações e favorece para que busque alternativas que auxiliem o seu desenvolvimento em sala.

Para tanto, os coordenadores afirmam que desenvolvem práticas de orientação, tanto aos alunos quanto aos professores, porém destacam que são ações simples, mas satisfatória, para que no

decorrer do curso os estudantes que apresentam alguma necessidade educacional especial tenham um papel ativo durante o curso, e consigam crescer durante a vida acadêmica. Relataram ainda que são poucos os alunos, que por alguma razão, que não sabem indicar qual seja, não conseguem um bom desempenho estudantil e profissional durante o curso.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Considerando o que foi exposto nesse trabalho, evidenciamos que existe um aumento no ingresso e permanência de alunos com deficiência no Ensino Superior, e que esse processo implica o enfrentamento de barreiras diariamente para tornar o aprendizado frutuoso. O estudo tem revelado que CAENE através das ações desenvolvidas no Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES tem possibilitado aos alunos minimizar dificuldades, através de ações de mediação com as coordenações de curso, buscando proporcionar um ensino de qualidade.

Nesse cenário, a coordenação de curso assume papel de articulador e mediador no processo de inclusão do estudante que apresenta alguma necessidade especial, e os professores que atuam com os estudantes. Além de orientar os estudantes sobre os serviços que são oferecidos no âmbito da UFRN, também pode estar em articulação com os professores para orientações e disponibilizar informações. Entretanto destacamos que alguns serviços de acessibilidade que não estão disponíveis no CERES, tem dificultado o acesso dos alunos a materiais e recursos necessários durante o curso, aspecto que pode comprometer o desempenho dos alunos nas atividades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculadas-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

_____. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 10 de agosto de 2017.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de *apud* JANNUZZI, 1985. **Educação Inclusiva**: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. 2008. p. 6. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comissão permanente de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais.** Disponível em: <http://www.caene.ufrn.br/parcerias.php> Acesso em: 10 de agosto de 2017.